

ANO E SEMESTRE
2026 – 1

PROFESSOR(ES)					
Antônio Gomes de Vasconcelos e Nathalia Lipovetsky					
CÓDIGO DA DISCIPLINA					
DIP DIR890A					
TEMA					
TEMAS DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO					
SUBTEMA					
A cooperação judiciária como ferramenta para a administração da justiça e a efetividade de políticas públicas					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA NA MODALIDADE DISCIPLINA ISOLADA?					
(x) Sim () Não					
AUTORIZA OFERTA DE MATRÍCULA DE GRADUANDO NA MODALIDADE DISCIPLINA ELETIVA?					
(x) Sim () Não					
DIA DA SEMANA	HORÁRIO	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	VAGAS	TIPO DA DISCIPLINA
Quinta-feira	15h	60	4	20	REGULAR
A DISCIPLINA É MINISTRADA EM IDIOMA ESTRANGEIRO: CASO SIM, QUAL IDIOMA?					
(x) Não () Sim Qual:					

PARTICIPAÇÃO DE PROFESSOR(ES) CONVIDADO(S)?		
() Sim (x) Não		
NOME(S) DO(S) PARTICIPANTE(S)	INSTITUIÇÃO	

EMENTA
A função do Poder Judiciário no Estado Democrático de Direito. A dimensão transformadora da administração da justiça. Estratégia para uma administração da justiça e uma jurisdição coerente. O Comitê Executivo Estadual da Cooperação Judiciária em Minas Gerais como experiência inédita.

BIBLIOGRAFIA
BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. Resolução Conjunta n. 1, de 28 de fevereiro de 2024. Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, Brasília, DF, n. 3989, 10 jun. 2024. Caderno Administrativo, p. 1-4. Caderno Judiciário, p. 300-303.
CÂMARA, Alexandre Freitas. Cooperação Judiciária Nacional - Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2024.
CHAVES JUNIOR, José Eduardo de Resende. Cooperação Judiciária na Justiça do Trabalho. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, v. 61, n. 92, p. 107-130, jul./dez. 2015.
CNJ. Resolução nº 350 de 2020 que estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades. DJe/CNJ nº 129/2024, de 12 de junho de 2024, p. 2-9 (republicação).



COMISSION INTERNACIONAL DE JURISTAS. Los tribunales y la exigibilidad legal de los derechos económicos, sociales y culturales – experiencias comparadas de justiciabilidad. Ginebra: CIJ, 2009.

DIDIER JR, Fredie. Cooperação Judiciária Nacional: Esboço de uma teoria para o Direito brasileiro. Salvador: Juspodivm, 2021.

DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo. Cooperação Judiciária Nacional. Salvador: Juspodivm, 2021.

RICHA, Morgana de Almeida. Políticas Públicas Judiciárias e Acesso à Justiça. São Paulo: LTr Editora.

RUBIANO, Keila Andrade Alves. Cooperação judiciária interinstitucional: a experiência do TRT MG. Belo Horizonte: Conjecturas, 2024.

TAYLOR, Matthew M. O Judiciário e as Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Dados, 50 (2); 2007
<https://doi.org/10.1590/S0011-52582007000200001>

VASCONCELOS, Antônio Gomes de; CHAVES JUNIOR, José Eduardo de Resende. Cooperação judiciária na administração da justiça e no processo do trabalho. In: COLNAGO, Lorena de Mello Rezende; NAHAS, Thereza Christina. Processo do trabalho atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. (Itens 1,2,3, pp. 264-302).

TEXTOS E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA WEB

Serão disponibilizados via *moodle*.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS



Faculdade de Direito da UFMG | Programa de Pós-Graduação em Direito
UFMG Law School | Ph.D. and Master's in Law Programs
Av. João Pinheiro, 100 • 11º andar Ed. Villas Boas • Belo Horizonte, Brasil • 30130-180
www.pos.direito.ufmg.br • pos@direito.ufmg.br • 55 31 3409-8636